

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
AQUISIÇÃO DE BENS

LICITAÇÃO N.º 0009/2026

PROCESSO N.º 08/0355/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESTIMATIVA DE VALOR: R\$ 2.392.098,45 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)

ORIGEM DOS RECURSOS: 1710.3210

PROGRAMA DE TRABALHO: 10.302.039.2.034

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 25 DE MAIO DE 2026 ÀS 10 HORAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO 'B' E 'D') E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO.

O edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal de Transparência da Prefeitura de Belford Roxo <https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/>, além de estar à disposição dos interessados à **Avenida José Mariano Passos, nº 948 – Prata – Belford Roxo/RJ**, no horário de 09:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do e-mail: licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A) DA CONTRATAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde, situada na Av. Benjamim Pinto Dias – Nº 955 - Centro – Belford Roxo - RJ, Cep.: 26.130-000.

Edna Quaresma - Pregoeira

O **MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**, mediante ao Agente de Contratação **EDNA QUARESMA**, Mat.: 11/20419 e equipe de apoio **MARIA EURIDES DE FARIAS**, Mat. 11/20089, **ROSANGELA SINFRÔNIO PEREIRA**, Mat. 10/20202, **MAURÍCIO DA SILVA CAMPOS**, Mat. 60/100158 e **CRISTIANE BESSA DA ROCHA**, Mat. 60/100171 designados pela Portaria nº 3.080/GP/2025 de 20 de setembro de 2025 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº 009/2026 na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, em conformidade com as disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, assim como do Decreto Municipal 5.937/2023, bem como das condições a seguir estabelecidas.

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2. A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no dia **25 DE MAIO DE 2026 ÀS 10 HORAS**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **aberto**.

1.3. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5. A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO 'B' E 'D') E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO,** conforme especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

3 - ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 2.392.098,45 (dois milhões trezentos e noventa e dois mil e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

4.1.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos para o certame.

4.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2. Os questionamentos e impugnações serão respondidos pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1. As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Compras Públicas.

4.3. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.3.1. A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do edital na forma do artigo 54, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

5 - PARTICIPAÇÃO

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.2.1. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.2.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.3. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.4. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na referida Lei Complementar.

5.5. A fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.6. Será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio de empresas, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser atendidas as seguintes exigências:

- a) Apresentação, no ato da proposta, de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- b) Indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- c) Comprovação de que cada consorciada atende aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, sendo que a qualificação técnica poderá ser atendida de forma cumulativa;
- d) Assunção, pelas consorciadas, da responsabilidade solidária pelas obrigações do consórcio perante a Administração Pública.

5.6.1. Caso o consórcio seja o vencedor do certame, deverá ser constituído formalmente mediante contrato, com registro em cartório, antes da assinatura da ata de registro de preços, sob pena de perda do direito à contratação.

5.7. Será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, desde que:

- a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.
- d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- e) As cooperativas deverão comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, e apresentar estatuto social compatível com a finalidade da licitação, bem como documentos que demonstrem que dispõem de infraestrutura adequada para o fornecimento dos veículos objeto do certame.

5.8. É vedada a participação nesta licitação:

- I – daquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II – de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- III - de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - de pessoa jurídica sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, concorrendo entre si.

V – de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

VII – de autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

VIII - de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IX – de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

X - daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

XI – de empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

XII – de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XIII – de agente público do órgão ou entidade licitante.

5.9. Os impedimentos de que tratam os itens II, III e IX do subitem anterior serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.3. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Belford Roxo, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7. A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8. A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/06.

6.9. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3.2.1. Nos casos em que houver item/lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/lote;

7.3.2.2. Nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

7.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante terá a opção de parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.6.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.6.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 - PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I – valor unitário para cada item e o valor total dos itens;
- II – marca;
- III – fabricante.

8.1.1. A proposta deverá indicar os quantitativos cotados, que não poderão ser inferiores aos quantitativos máximos de cada item que poderá ser adquirido.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto (tais como: despesas com transporte, seguro e frete, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) na data de entrega.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência anexa a este Edital serão desconsiderados.

8.9. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9.1. A proposta deverá observar, obrigatoriamente, que o prazo de entrega do objeto será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou documento equivalente.

8.10. A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021.

9 – ABERTURA DA SESSÃO E PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

9.1. No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema.

9.1.2. Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021 e inexistindo, no mínimo, 3 (três) propostas que atendam as condições previstas no subitem anterior, os três licitantes melhor classificados, inclusive os empatados, poderão participar da etapa aberta competitiva.

9.2. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

9.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste edital.

9.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexecutável.

9.6. Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de 0,10 (dez) centavos.

9.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

9.10. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.11. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem anterior, implica na retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.12. No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.13. A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após o período de prorrogação automática.

9.14. Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre as duas propostas melhor colocadas seja igual ou inferior a 5%, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.

9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.

9.16. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2. As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

10.2.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

10.3. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – contiver vícios insanáveis;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexecutável;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

VII – não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

VIII – não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexecutável, concederá ao respectivo licitante o prazo de 2 (duas) horas para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

10.4. Em relação aos itens/lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor não supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

10.4.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, e o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno

porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada - se esta for empresa de maior porte -, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.4.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.4.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.4.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4.7. A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances ou caso inexistam lances, uma vez que tenha sido observado o procedimento do item 10.4 nas hipóteses em que aplicável, o critério de desempate se dará conforme o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021, nessa ordem:

- I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.5.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.6. As disposições do item 10.5 acerca do desempate também se aplicam para os itens/lotos cujo valor supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como para os itens/lotos cuja disputa seja exclusiva para micro e pequenas empresas.

10.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.8. Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.

10.9. Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.10. Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborado pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pelo Pregoeiro e divulgado no sistema eletrônico.

10.11. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

10.12. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11- HABILITAÇÃO

11.1. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor.

11.2. O Pregoeiro passará ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor através da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do sistema eletrônico ou através de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará eventual documentação complementar pontualmente exigida;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
 - c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
- e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- f) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação porventura exigidos deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pelo Pregoeiro.

11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.4. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.5. Em substituição aos documentos de habilitação, poderá a licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral, com exceção dos documentos com a validade expirada e os atestados de habilitação técnica e econômico-financeira não contemplados no registro.

11.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.7. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- h) Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:
 - Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei n.º 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

III – Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições:
 - a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: **AC** é o ativo circulante; **PC** é o passivo circulante; **RLP** é o realizável a longo prazo; **ELP** é o exigível a longo prazo e **AT** é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de dois exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea b serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas instituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “a”, a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.3) Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico-financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

c) Comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação na data de abertura do pregão.

IV – Da Qualificação Técnica:

a) As empresas participantes da licitação deverão apresentar, para fins de habilitação técnica, a documentação descrita abaixo a título de comprovação de sua qualificação para a execução do objeto do Certame:

I. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, observado o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) do quantitativo total estimado, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado que certifique o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

a) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, § 3º, II, da Lei nº 14.133/21, e do art. 337–F do Código Penal.

V - Declarações:

V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

11.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal (elencados nas alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do item 11.7, II) somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.9.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.10. Em se tratando de item/lote com valor estimado inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.10.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante beneficiária da Lei Complementar n. 123/06 for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Belford Roxo, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

11.10.2. Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.12. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.2, *f*.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, ou no caso de inversão de fases, quando houver a habilitação seguida da classificação da proposta, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pelo Pregoeiro.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro e sua falta importará na preclusão do direito.

12.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

12.3. As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

12.4. O Pregoeiro poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei n.º 14.133/2021.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Após proclamação do resultado definitivo com indicação do licitante vencedor, o pregoeiro, mediante mensagem no sistema eletrônico, deverá consultar os demais participantes, observado a ordem cronológica de classificação, sobre o interesse na formação do cadastro de reserva.

13.2. Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro e homologação do procedimento, observados os termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.

14 – PRAZO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

14.1. O prazo de entrega do objeto será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou documento equivalente, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante requerimento fundamentado do contratado.

15 - RECEBIMENTO

15.1. O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do bem, observada a seguinte forma:

- a) Recebimento provisório: será realizado no momento da entrega dos veículos para efeito de verificação do atendimento às condições contratuais e técnicas;
- b) Recebimento definitivo: ocorrerá após a realização de inspeção e testes técnicos e operacionais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega.

15.1.1. Serão recusados os veículos entregues em desacordo com as especificações, com vícios aparentes, avarias de transporte ou documentação incompleta, ficando a contratada responsável pela substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem ônus adicional para a Administração

15.2. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o recebimento definitivo será sobrestado até que os reparos ou substituições sejam realizados.

15.3. A ultrapassagem do prazo fixado na alínea b do subitem 22.1 sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo ao contratado o direito de apresentar requerimento expresso perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

15.4. Inobservadas as condições contratadas, o fiscal do contrato deverá rejeitar o produto de forma sumária quando da entrega ou após as devidas análises e verificações, não assinando o termo de recebimento definitivo e fixando prazo para a reparação, substituição ou retirada do bem pelo contratado.

16 - FISCALIZAÇÃO

16.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação será realizada por servidor efetivo designado em ato da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, atendidas as diretrizes e condicionantes previstas no Termo de Referência.

16.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;
- c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

17.1.1. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.

17.1.2. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 5.933.

17.1.3. As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* do subitem 24.1 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

17.2. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

17.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

17.4. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 5.933

17.5. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.6. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

17.7. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

18 – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato firmado pelas partes terá vigência de 120 (cento e vinte dias) a contar da assinatura.

18.2. A extinção do contrato observará as diretrizes do Capítulo VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

19 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O Município fará o pagamento, por meio de crédito em conta bancária a ser indicada pelo contratado e aceita até a assinatura do contrato.

19.2. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

19.3. Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

19.4. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto na Lei nº 14133/2021.

19.5. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento e mediante apresentação da nota fiscal.

19.6. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

19.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

19.8. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

19.9. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido no item 26.5 serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

20.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado (24/07/2025) ou, caso tenha havido atualização ou revisão dos preços previamente à contratação, pelo período de 12 (doze) meses a contar de tal fato.

20.2. Os eventuais reajustes só poderão ocorrer, mediante expresse e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

20.2.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

20.4.1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.4.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

20.5. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

20.5.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

20.5.2. Caso tenham sido emitidas ordens de fornecimento no interregno entre o surgimento do direito ao reajuste e o efetivo requerimento na forma do subitem 27.5, o contratado deverá ressalvar seu direito ao reajuste antes da efetiva entrega do bem, sob pena de preclusão.

20.6. A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

20.7. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas na lei nº 14133/2021.

21 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. O valor total para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 2.392.098,45 (dois milhões trezentos e noventa e dois mil e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)**.

21.2. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2025, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
10.302.039.2.034	4.4.90.52.00	1710.3210

21.3. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria.

22 - GARANTIA

22.1. Não haverá a exigência de garantia contratual da execução.

23 – SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será admitida a subcontratação, a sub-rogação, a cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto deste Termo de Referência

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

24.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

24.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

24.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

24.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.8. Integram este Edital os seguintes Documentos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

Anexo III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Anexo IV – MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

Belford Roxo, 05 de MAIO de 2026.

Edna Quaresma - Agente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO 'B' E 'D') E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO.

1.2 O objeto da contratação tem a natureza comum uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme previsto no inciso XIII do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021.

1.3. O contrato decorrente terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, na forma do tal qual o prazo de entrega dos itens.

1.4 Os quantitativos a serem contratados estão discriminados nos lotes abaixo:

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	AMBULÂNCIA TIPO "D" - (UTI MÓVEL ADAPTADA PARA OBESOS). VEÍCULO NOVO, 0 KM, NACIONAL OU IMPORTADO, COM NO MÁXIMO 12 MESES DE FABRICAÇÃO. MOTOR MÍNIMO 2.3 (DIESEL), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV. TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. AR-CONDICIONADO NO HABITÁCULO DO PACIENTE E NA CABINE. SUSPENSÃO REFORÇADA PARA SUPORTAR PESO ADICIONAL. PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED. ACESSIBILIDADE COM PLATAFORMA OU RAMPAS ELEVATÓRIAS ELÉTRICAS PARA MACA. FIXADORES REFORÇADOS PARA MACA BARIÁTRICA. EQUIPAMENTOS INCLUSOS: MACA BARIÁTRICA ARTICULADA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 KG, COM RODÍZIOS, CINTOS DE SEGURANÇA E ALTURA REGULÁVEL. CADEIRA DE RODAS BARIÁTRICA (PESO SUPORTADO: MÍNIMO 250 KG). OXÍMETRO DE PULSO ADULTO DE ALTA PRECISÃO. DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA). MONITOR MULTIPARÂMETRO COM ECG, SPO2, PNI, TEMPERATURA E FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA. VENTILADOR PULMONAR PORTÁTIL MICROPROCESSADO. CILINDRO DE OXIGÊNIO COM SUPORTE E RÉGUA DE GASES. ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL (ELÉTRICO). KIT DE IMOBILIZAÇÃO (COLAR CERVICAL, TALAS, PRANCHA LONGA REFORÇADA). SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO E/OU CELULAR COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO.	UNIDADE	1
2	AMBULÂNCIA TIPO "B" - FURGÃO OU VEÍCULO ORIGINAL DE FÁBRICA TIPO AMBULÂNCIA (SEM ADAPTAÇÕES AMADORAS). ANO/MODELO: 0 KM, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO DA ENTREGA. COMBUSTÍVEL: DIESEL. POTÊNCIA MÍNIMA: 120 CV. DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. CÂMBIO: MANUAL OU AUTOMÁTICO. AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE AIRBAG (MOTORISTA, PREFERENCIALMENTE PASSAGEIRO TAMBÉM) FREIOS: ABS. BANCO DO MOTORISTA E DO ACOMPANHANTE COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PACIENTE E ACOMPANHANTE. PORTA LATERAL DESLIZANTE COM DEGRAU RETRÁTIL E ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: MÍNIMO 5,5 METROS; ALTURA INTERNA DO COMPARTIMENTO: MÍNIMA DE 1,65 M; ALTURA EXTERNA: COMPATÍVEL COM ÁREAS URBANAS; COMPARTIMENTO ASSISTENCIAL DEVERÁ CONTER: REVESTIMENTO	UNIDADE	1

	INTERNO LAVÁVEL E ANTIBACTERIANO; ILUMINAÇÃO INTERNA TIPO LED; PISO ANTIDERRAPANTE; SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADA; ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA COM A CABINE (INTERCOMUNICADOR); TOMADAS 12V E 110V OU 220V COM INVERSOR. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (MÍNIMO): 1 MACA RETRÁTIL COM RODAS, TRAVA E TRILHO; 1 PRANCHA RÍGIDA PARA IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA; 1 CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL (TIPO ESCADA OU RESGATE); 1 SUPORTE PARA SORO ARTICULADO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO FIXO DE 10L COM MANÔMETRO E FLUXÔMETRO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO PORTÁTIL DE 3L; 1 REDE DE OXIGÊNIO CANALIZADA COM NO MÍNIMO 2 PONTOS; 1 ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (MANUAL OU ELÉTRICO); 1 SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO (EXTINTOR INCLUSO); 1 ARMÁRIO PARA MATERIAIS COM PRATELEIRAS; DISPENSADOR PARA LUVAS, PAPEL TOALHA, SABÃO E ÁLCOOL EM GEL; ILUMINAÇÃO EXTERNA DE EMERGÊNCIA (GIROFLEX OU BARRA DE LED) – PADRÃO SAMU; SISTEMA SONORO TIPO SIRENE COM MÚLTIPLOS TONS; RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM SISTEMA LOCAL (SE APLICÁVEL); PINTURA E IDENTIFICAÇÃO VISUAL; PLOTAGEM COM LAYOUT OFICIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/SAMU 192 FAIXAS REFLETIVAS PADRÃO; BRASÃO DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DO SUS CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL.		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

LOTE 02			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN OU FURGÃO ADAPTADO PARA TRANSPORTE SANITÁRIO CAPACIDADE MÍNIMA: 10 A 16 PASSAGEIROS (INCLUINDO CONDUTOR) ANO/MODELO: 0 KM (ANO VIGENTE) COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.2 TURBO OU EQUIVALENTE ACESSIBILIDADE: UMA UNIDADE COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA OU RAMPA PARA CADEIRANTE (CONFORME DEMANDA) SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO) BANCOS ANATÔMICOS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL VENTILADORES OU EXAUSTORES ADICIONAIS (OPCIONAL) GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES VEÍCULO DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, COM SEGURO OBRIGATÓRIO E ENTREGA NO DOMICÍLIO DO PROPONENTE REGISTRO NO DENATRAN COMO VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (CÓDIGO ESPECIAL)	UNIDADE	2
2	VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN ADAPTADA - OU FURGÃO LONGO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO VIGENTE CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 PASSAGEIROS + 1 ESPAÇO PARA CADEIRA DE RODAS COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.3 TURBO DIESEL TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA SISTEMA DE AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO PLATAFORMA ELEVATÓRIA ELÉTRICA OU RAMPA MANUAL CERTIFICADA CINTOS DE SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS E NO ESPAÇO DO CADEIRANTE ESPAÇO INTERNO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,60 M PISO EMBORRACHADO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL ITENS DE SEGURANÇA: EXTINTOR, TRIÂNGULO, CHAVE DE RODA, MACACO SINALIZAÇÃO EXTERNA "TRANSPORTE SANITÁRIO – SUS" COM BRASÃO DA PREFEITURA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES VEÍCULO ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO	UNIDADE	1

LOTE 03			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	VEÍCULO TIPO HATCH PARA TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES AMBULATORIAIS; NOVO, 0 KM (ZERO QUILOMETRO); MOTOR DIANTEIRO DE 4 (QUATRO) CILINDROS EM LINHA, BICOMBUSTÍVEL (ÁLCOOL OU GASOLINA), MÍNIMO	UNIDADE	5

1.0 LITROS, COM POTÊNCIA MÁXIMA A PARTIR DE 65CV; SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS (04 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; COMPUTADOR DE BORDO; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVAS ELÉTRICAS; SISTEMA DE ALARME; MÍNIMO 2 (DOIS) AIR BAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); SISTEMA DE FREIOS A DISCO COM ABS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; CAIXA DE CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ E COM TAMANHO COMPATÍVEL COM A POTÊNCIA DO MOTOR; TODOS OS RODADOS DEVERÃO SER COMPOSTO DE RODAS DE AÇO COM CALOTAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DAS RODAS E DO VEÍCULO; AR CONDICIONADO, COM A QUANTIDADE DE BTU'S CONDIZENTE COM O TAMANHO DO AMBIENTE A SER REFRIGERADO; SISTEMA DE SOM COM NO MÍNIMO MP3; POLTRONAS REVESTIDAS EM TECIDO E ENCOSTO, TODAS COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS; POLTRONA DO MOTORISTA AJUSTÁVEL; RETROVISORES EXTERNOS DOS DOIS LADOS DO VEÍCULO; TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE DO MODELO E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI; O VEÍCULO DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS DE IDENTIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EXIGIDOS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO; PINTURA PREDOMINANTE NA COR BRANCA, COM OS PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES; MANUAL DO PROPRIETÁRIO E DE MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS. TAPETES SANITÁRIOS OU LAVÁVEIS: BORRACHA OU PVC ANTIDERRAPANTE, FÂCEIS DE HIGIENIZAR COM DESINFETANTES, PREFERENCIALMENTE COM BORDA ALTA PARA CONTER LÍQUIDOS LINCENCIADO E EMPLACADO. REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL DOS BANCOS: COURO SINTÉTICO OU CAPA HOSPITALAR LAVÁVEL.		
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando as seguintes Resoluções:

- Resolução SES nº 3490 de 11 de novembro de 2024. Valor **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**. Emenda Parlamentar Individual nº 1354 e 1355 para aquisição de UTIS Móveis.
- Resolução SES nº 3420 de 07 de novembro de 2024. Valor **R\$ 815.578,00 (oitocentos e quinze mil e quinhentos e setenta e oito reais)**. Emenda Parlamentar Individual nº 32, para apoio a entes para ações de saúde;
- Resolução SES nº 3535 de 12 de novembro de 2024. Valor **R\$ 271.859,00 (duzentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais)**. Emenda Parlamentar Individual nº 1253, para apoio a entes para ações de saúde;
- Resolução SES nº 3455 de 11 de novembro de 2024. Valor **R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**. Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 35, para apoio a entes para ações de saúde.
- Perfazendo um total de **R\$ 2.467.437,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil e quatrocentos e trinta e sete reais)**.

2.2. A presente contratação visa atender à necessidade contínua e estruturante da Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo/RJ no tocante à aquisição de transporte de pacientes, essenciais à execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme disposto na Lei Federal nº 8.080/1990, que estabelece os fundamentos legais do SUS.

2.3. Considerando a necessidade de atendimento humanizado e digno para pacientes obesos, a ambulância adaptada garante transporte seguro e confortável, respeitando as condições clínicas e estruturais de pacientes com obesidade grave.

2.4. Considerando a redução de riscos durante o transporte. O veículo adaptado minimiza riscos de quedas, traumas e intercorrências clínicas durante remoções e transferências, bem como o cumprimento de normas técnicas e sanitárias, atende às exigências da ANVISA, ABNT e Ministério da Saúde, promovendo a segurança tanto do paciente quanto da equipe de saúde.

2.5. As ambulâncias garantem o aumento da eficiência nos atendimentos de urgência/emergência. Permite resposta mais rápida e adequada a chamados que envolvem pacientes com mobilidade comprometida devido ao peso. Fortalecimento da rede de atenção pré-hospitalar, fortalecimento da frota de veículos do SAMU, UPAs e unidades hospitalares, ampliando a capacidade de atendimento móvel especializado.

2.6. Considerando que a SEMUS realiza o transporte de aproximadamente 3.000 (três mil) pacientes por mês para 16 (dezesesseis) cidades diferentes, com o objetivo de atender a importantes agendamentos médicos, torna-se essencial a aquisição das Vans em questão. Além disso, priorizar o bem-estar dos pacientes, especialmente em relação à agilidade no retorno às suas residências, buscando minimizar o desgaste físico e emocional causado pelo tratamento e pelas viagens.

2.7. Adicionalmente, a aquisição desses veículos de transporte sanitário tipo van, com capacidade mínima entre 10 e 16 lugares, é fundamental para garantir um transporte mais seguro, eficiente e confortável para os pacientes. Esse tipo de veículo é ideal para acomodar um número adequado de passageiros, permitindo uma melhor organização dos trajetos e otimizando o tempo de deslocamento entre as diversas cidades atendidas. Com isso, conseguiremos proporcionar um serviço de maior qualidade, assegurando que os pacientes tenham um transporte digno e adequado às suas necessidades.

2.8. A aquisição dos veículos de passeio contribui para a redução de absenteísmo em consultas e exames agendados, otimização da logística de transporte sanitário e racionalização dos recursos públicos.

2.9. Destaca-se, ainda, que o veículo de passeio é adequado para a condução de pacientes que não necessitam de remoção em ambulância, garantindo conforto e segurança durante o deslocamento, sendo essencial para as atividades diárias dos programas de saúde, como a Atenção Básica, Saúde da Mulher, Saúde Mental, Reabilitação e outros.

2.10. Assim, a contratação ora proposta é medida de natureza vinculada à obrigação constitucional e legal de garantir o pleno funcionamento do SUS no âmbito municipal, revestindo-se de caráter continuado e essencial, com amparo nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, legalidade e supremacia do interesse público.

3. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. Prazo de Entrega:

3.1.1. O prazo máximo para a entrega dos veículos será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da assinatura do contato, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo.

3.1.2. A entrega poderá ser realizada de forma parcelada, conforme a necessidade e conveniência da Administração, mediante solicitação formal.

3.2. Local de Entrega:

3.2.1. Os veículos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo, ou em local por ela indicado no território do Município, no horário de expediente, das 09h às 17h, em dias úteis.

3.3. Condições de Recebimento:

3.3.1. O recebimento dos veículos será condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como à apresentação de toda a documentação exigida (nota fiscal, certificado de garantia, manual do proprietário, manual de manutenção, CRV – Certificado de Registro do Veículo, dentre outros).

3.3.2. O recebimento se dará em duas etapas:

- a. Recebimento provisório, para efeito de verificação do atendimento às condições contratuais e técnicas;
- b. Recebimento definitivo, após a realização de inspeção e testes técnicos e operacionais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega.

3.4. Recusa da Entrega:

3.4.1. Serão recusados os veículos entregues em desacordo com as especificações, com vícios aparentes, avarias de transporte ou documentação incompleta, ficando a contratada responsável pela substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem ônus adicional para a Administração.

3.5. Multas e Penalidades:

3.5.1. O descumprimento do prazo de entrega poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no edital e contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais medidas cabíveis.

4. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

4.1. O objeto da contratação consiste na aquisição de veículos automotores destinados às atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo, os quais possuem características técnicas distintas, finalidades operacionais específicas e faixas de preços diferenciadas no mercado.

4.2. O parcelamento não compromete a economicidade global da contratação, pois a Administração manterá o controle e a compatibilidade das condições de aquisição em todos os lotes, observando a viabilidade técnica e financeira e os princípios da eficiência e do interesse público.

4.3. Diante do exposto, resta plenamente justificado o parcelamento do objeto em lotes, atendendo às disposições legais e aos princípios da economicidade, competitividade e eficiência administrativa.

5. PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS

5.1. Será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio de empresas, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser atendidas as seguintes exigências:

5.1.1. Apresentação, no ato da proposta, de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;

5.1.2. Indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

5.1.3. Comprovação de que cada consorciada atende aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, sendo que a qualificação técnica poderá ser atendida de forma cumulativa;

5.1.4. Assunção, pelas consorciadas, da responsabilidade solidária pelas obrigações do consórcio perante a Administração Pública.

5.2. Caso o consórcio seja o vencedor do certame, deverá ser constituído formalmente mediante contrato, com registro em cartório, antes da assinatura da ata de registro de preços, sob pena de perda do direito à contratação.

5.3. Também será admitida a participação de sociedades cooperativas, desde que observadas as exigências previstas no edital, bem como a legislação específica aplicável às cooperativas, especialmente no que diz respeito à capacidade operacional e técnica compatível com o objeto da licitação.

5.4. As cooperativas deverão comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, e apresentar estatuto social compatível com a finalidade da licitação, bem como documentos que demonstrem que dispõem de infraestrutura adequada para o fornecimento dos veículos objeto do registro de preços.

5.5. Tanto os consórcios quanto as cooperativas serão plenamente responsáveis pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, nos termos do edital, da legislação vigente e da futura ata de registro de preços.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

6.1. A solução proposta visa modernizar, ampliar e fortalecer a frota própria da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo logística eficiente, segura e humanizada para o deslocamento de pacientes, tanto em atendimentos eletivos quanto em situações de urgência e emergência. Trata-se de medida estratégica e necessária para assegurar o acesso contínuo e integral aos serviços de saúde, especialmente nas seguintes frentes:

- a. Transporte intermunicipal e interinstitucional para consultas especializadas, exames de alta complexidade e tratamentos contínuos (oncologia, hemodiálise, fisioterapia, entre outros);
- b. Transferências de pacientes entre unidades de saúde (postos, UPAs, hospitais de referência);
- c. Suporte às ações dos programas de saúde mental, reabilitação, atenção domiciliar e demais serviços vinculados à rede de atenção à saúde.

6.2. A contratação se justifica pela necessidade variável e escalonada de aquisição desses veículos, permitindo maior agilidade e economia na gestão pública, sem comprometer a legalidade e a transparência do processo. A solução contempla a aquisição de veículos zero quilômetro, com especificações técnicas atualizadas, devidamente licenciados, documentados e prontos para uso, observando todas as exigências normativas do Ministério da Saúde, ANVISA, CONTRAN, DENATRAN e demais órgãos reguladores.

6.3. A padronização e qualificação da frota impactam diretamente na eficiência do atendimento aos usuários do SUS, otimizando os fluxos de deslocamento, promovendo redução de absenteísmo, melhora nos indicadores de acesso e atenção, além de aumentar a resolutividade das ações e serviços de saúde prestados à população.

6.4. Com isso, a presente solução está plenamente alinhada ao planejamento estratégico da saúde municipal, aos princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade), e ao cumprimento dos compromissos firmados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A entrega do bem, qualificado neste instrumento, deverá se efetivar no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias úteis, subsequentes à formalização contratual, diretamente na sede da Secretaria de Saúde, ou em outro local que venha a ser designado por esta entidade, observando-se os limites territoriais do mencionado município. O referido processo de entrega deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, entre 9:00 e 17:00 horas.

7.2. O bem será entregue conforme a necessidade da secretaria e será submetido à apreciação e validação do fiscal designado, para assegurar a plena aderência às especificações técnicas e qualitativas estabelecidas no presente Termo de Referência e na proposta vencedora do processo licitatório.

7.3. Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação necessária, incluindo, entre outros, a nota fiscal de venda, o manual do proprietário, certificado de garantia e documento regularizado junto ao Detran/RJ, garantindo sua total conformidade e legalidade de acordo com as normas vigentes.

7.4. É de inteira responsabilidade do contratado o transporte do objeto deste termo para o local designado no item 7.1.

7.5. Os veículos deverão ser entregues em estado irrepreensível de conservação e pleno funcionamento, livre de quaisquer defeitos ou avarias, tanto estéticos quanto mecânicos, garantindo sua imediata utilização pelo contratante.

7.6. Efetuar a entrega do objeto acompanhado do manual do usuário em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

8.1. A presente licitação foi analisada sob a ótica dos benefícios previstos à Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, notadamente os arts. 47, 48 e 49, e da Lei nº 14.133/2021, que impõem à Administração a avaliação quanto à viabilidade da adoção de reserva de participação exclusiva ou cota reservada de até 25% do objeto para ME/EPP.

8.2. Não haverá exclusividade para Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, um vez que, todos os itens/lotos ultrapassam o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.3. Para os itens cujo valor total ultrapassa a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não haverá cota reservada, dessa forma, os referidos itens serão adjudicados como cota principal, pois o percentual destinado às ME/EPP poderia causar prejuízo ao conjunto ou o complexo do objeto do Termo de Referência, além de comprometer a padronização, rastreabilidade e logística de distribuição dos materiais essenciais para garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde.

8.4. Apesar da impossibilidade de adotar a reserva de cota, a Administração assegura a plena observância às demais prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 123/2006, tais como o tratamento diferenciado, o regime de preferência e a aplicação das regras de desempate ficto, conforme disposto nos arts. 44 e 45 da referida lei.

8.5. Dessa forma, a participação de ME e EPP permanece garantida, em igualdade de condições com as demais empresas, promovendo a isonomia e a competitividade no certame, conforme determina a legislação vigente.

9. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.

9.1. Modalidade de Licitação

9.1.1. Considerando o valor estimado da contratação e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade adotada será Pregão Eletrônico, por ser a forma mais eficiente para aquisição de bens comuns, garantindo maior competitividade, transparência e economicidade.

9.2. Critério de Julgamento

9.2.1. Será adotado o critério de menor preço por lotes, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando a eficiência e a economicidade na aquisição dos materiais.

9.3. Modo de Disputa

9.3.1. O modo de disputa será aberto, conforme art. 6º do Decreto nº 10.024/2019, permitindo lances públicos e sucessivos, promovendo maior competitividade e economia à Administração Pública. Poderá ser utilizado o modo aberto e fechado, caso tecnicamente justificado.

10. CARACTERÍSTICA DO BEM

10.1. Todos os veículos deverão ser novos, de primeiro uso, com 0 (zero) quilômetro, de fabricação nacional ou internacional, com ano de fabricação e modelo correspondente ao ano vigente ou, no máximo, ao ano imediatamente anterior ao da entrega.

10.2. As categorias de veículos objeto da contratação bem como suas especificações encontram-se no Anexo I.

10.3. Todos os veículos deverão ser entregues com os seguintes itens:

- a. Manual do proprietário e manual de manutenção;
- b. Certificado de garantia do fabricante;
- c. Emplacamento e licenciamento regularizados no Estado do Rio de Janeiro;
- d. Placas no padrão Mercosul;
- e. Combustível suficiente para deslocamento até a base da Secretaria Municipal de Saúde;
- f. Plotagem personalizada com conforme instruções da Secretaria Municipal de Saúde.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Para garantir a efetividade da contratação e a adequada prestação do serviço público, os seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais deverão ser observados:

11.1.1. Requisitos Técnicos Gerais dos Veículos:

- a. Todos os veículos devem ser zero quilômetro, de fabricação nacional ou internacional, ano/modelo mínimo do exercício vigente ou posterior;

- b. Devem possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses, assistência técnica autorizada no Estado do Rio de Janeiro e manual do proprietário;
- c. Devem atender às normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como à regulamentação vigente da ANVISA e do Ministério da Saúde, quando aplicável (especialmente para ambulâncias);
- d. Os veículos devem estar regularmente registrados e licenciados, prontos para circulação no território nacional, com emplacamento e documentação inclusos no fornecimento.

11.1.2. Requisitos Específicos por Tipo de Veículo:

- a. Veículos tipo Van: mínimo de 10 lugares, máximo de 16 lugares (excluindo motorista), com ar-condicionado, cintos de segurança para todos os assentos, acessibilidade (rampa ou elevador, quando aplicável), mediante especificações detalhadas de cada um dos veículos constantes no item 1.4;
- b. Ambulância Tipo B (Unidade de Suporte Básico): conforme especificações do item 1.4, dotada de equipamentos obrigatórios para suporte básico à vida;
- c. Ambulância Tipo D (Unidade de Suporte Avançado): conforme especificações do item 1.4, incluindo maca retrátil, oxigênio, desfibrilador, monitor cardíaco e demais equipamentos compatíveis com suporte avançado;
- d. Veículos de passeio: 5 lugares, 4 portas, motor a partir de 1.0 flex, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, air bags e ABS, conforme item 1.4.

11.1.3. Requisitos do Fornecedor:

- a. A empresa contratada deverá ser especializada na comercialização de veículos automotores, devidamente registrada no CNPJ, com regularidade fiscal, trabalhista e jurídica comprovada;
- b. Deverá apresentar capacidade técnica para fornecimento dos veículos com os equipamentos e configurações exigidas, com comprovação de fornecimentos similares anteriores, se solicitado;
- c. Garantir prazo máximo de entrega conforme estabelecido no Termo de Referência;
- d. Garantir assistência técnica, manual de manutenção, plano de revisões e rede autorizada para eventuais atendimentos durante o período de garantia.

11.1.4. Requisitos Legais e Administrativos:

- a. O fornecimento se dará sob demanda, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b. O contrato decorrente observará os princípios e regras da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- c. As condições de pagamento, recebimento dos bens e aplicação de sanções serão disciplinadas no edital e minuta contratual, em conformidade com a legislação vigente.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE.

12.1. Obrigações da Contratada

12.1.1. Assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do envio, e manter, durante toda a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

12.1.2. Fornecer o(s) produto(s)/ Serviços conforme especificações, prazos e nos locais previstos neste Termo de Referência, em perfeitas condições e de acordo com a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade consignados em sua Proposta Comercial, acompanhado(s) da respectiva nota fiscal;

12.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Contratante, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência do fornecimento de material em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;

12.1.4. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;

12.1.5. Credenciar junto a Contratante, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Contratante;

12.1.6. Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando fornecido com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com o Termo de Referência;

12.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata;

12.1.8. Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do objeto;

12.1.9. Não será admitido à Contratada a subcontratação, a sub-rogação, a cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto deste Termo de Referência;

12.1.10. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP nº 01/2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber;

12.1.11. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;

12.1.12. Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

12.2. Obrigações da Contratante:

12.2.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências das Unidades de Saúde, relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos veículos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.2.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da contratada;

12.2.4. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;

12.2.5. Manter, através da Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com o fornecimento do objeto;

12.2.6. Notificar formalmente a empresa contratada por ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

12.2.7. Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência;

12.2.9. Efetuar o pagamento do fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;

12.2.10. Sustar, no todo ou em parte, a execução do fornecimento do bem, sempre que a medida for considerada necessária;

12.2.11. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

13.1. O gerenciamento e a fiscalização da execução do Contrato caberão, respectivamente, aos servidores da Contratante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

13.2. Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a Contratante ou modificação da Ata.

13.3. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor deverá (ão) ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

13.4. A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

13.5. São algumas das atribuições dos servidores da Contratante designados para a Fiscalização e Gestão Técnica dessa contratação respectivamente:

I. nos casos de ata de registro de preços, verificar junto ao Gestor Administrativo, e previamente à expedição da ordem de fornecimento ou autorização do início da execução do serviço/materiais, a existência de:

- a) disponibilidade financeira;
- b) existência de saldo dos itens;

II. vigência do ajuste; e - manter, com o auxílio do Gestor Administrativo, controle sobre o saldo de empenho, solicitando o seu reforço quando necessário e desde que haja prévia autorização para a despesa.

13.6. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do Contrato não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, /sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

14.1. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias da expedição do termo de recebimento, após os agentes públicos designados para fiscalizar o contrato avaliarem se os itens recebidos atendem a todas as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

14.2. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para que emita a fatura ou nota fiscal, com o valor aferido pela fiscalização.

14.3. Caso seja verificado que a empresa CONTRATADA deixou de executar o objeto em consonância com este Termo de Referência ou com o Contrato, a fiscalização poderá rejeitar os serviços, de forma parcial ou integral, e indicar a retenção ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade constatada, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14133 de 2021.

14.4. Em situações em que surgirem dúvidas ou discordâncias sobre a execução do objeto, seja quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a Administração irá solicitar à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento, conforme preconiza o art. 143 da Lei 14133 de 2021.

14.5. A CONTRATADA assume a responsabilidade de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer vício, defeito ou incorreção que surja durante a execução do objeto.

14.6. A fiscalização não atestará a fatura referente aos serviços executados até que a CONTRATADA realize a correção de todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

14.7. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente à Nota Fiscal ou Fatura, a documentação relacionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas, para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista

14.8. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

14.9. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

14.10. O CONTRATANTE efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

14.11. A requisição mínima dos produtos objeto da presente futura e eventual compra ficará a critério das necessidades que forem identificadas pela CONTRATANTE e conforme Atestado de Capacidade Técnica.

15. GARANTIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADE DE AMOSTRAS.

15.1. Os veículos objetos desta aquisição deverão ser cobertos por uma garantia mínima conforme estipulado pelo manual do fabricante. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, peças e mão de obra necessária para o reparo dos itens cobertos pela garantia. Adicionalmente, a garantia oferecida deverá estar em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021, assegurando ao contratante o direito de exigir a reparação de qualquer defeito que afete o funcionamento dos veículos durante o período de garantia.

15.2. Assistência técnica: O fornecedor deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada e especializada durante todo o período de garantia, com serviços prestados em território nacional, garantindo tempos de resposta adequados para a manutenção preventiva e corretiva. A assistência técnica deverá ser realizada por profissionais qualificados e certificados pelo fabricante dos veículos, utilizando peças originais e seguindo as recomendações técnicas especificadas no manual do fabricante.

15.3. O fornecedor será responsável por informar ao contratante os procedimentos para acionamento da garantia e assistência técnica, incluindo os contatos das oficinas autorizadas mais próximas e os passos a seguir em caso de necessidade de reparos. Deverá também fornecer todos os documentos que comprovem a garantia e a certificação dos serviços de assistência técnica.

15.4. Documentação e informações adicionais: O fornecedor deverá entregar, com os veículos, objeto desta aquisição, o manual do usuário e o livro de garantia, os quais deverão conter informações detalhadas sobre a cobertura da garantia, procedimentos para manutenção preventiva e orientações para a utilização adequada do veículo, visando maximizar sua vida útil e desempenho.

15.5. Todas as condições de garantia e assistência técnica deverão estar em estrita conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo ao contratante a transparência, a qualidade e a eficiência na aquisição, além de assegurar o cumprimento dos direitos do consumidor conforme legislação aplicável.

15.6. O fornecedor deverá comprometer-se a fornecer manuais técnicos completos em língua portuguesa e, se necessário, oferecer treinamento para operadores e técnicos de manutenção do contratante.

15.7. Necessidade de Amostras:

15.7.1. Não se aplica ao presente objeto.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (REQUISITOS DE HABILITAÇÃO)

16.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;

- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

16.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:
 - I - Para todos os licitantes sediados no Município de Belford Roxo:**
 - i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
 - ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.
 - II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:**
 - i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.
 - III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Belford Roxo:**
 - i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Belford Roxo (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,
 - ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.
- f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- h) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado onde as licitantes tenham sede, ou Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:
 - Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

16.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

• **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

• **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: **AC** é o ativo circulante; **PC** é o passivo circulante; **RLP** é o realizável a longo prazo; **ELP** é o exigível a longo prazo e **AT** é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de dois exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea b serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas instituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea "a", a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.3) Entenda-se por "apresentado na forma da Lei".

- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico-financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

c) comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação na data de abertura do pregão.

16.4 Da Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, observado o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) do quantitativo total estimado, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado que certifique o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

16.5 Declarações:

V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. xxxx da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

16.6 Os documentos relativos à regularidade fiscal (elencados nas alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do item 16.2) somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

16.7 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

16.8 Em se tratando de item/lote com valor estimado inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

16.9 Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante beneficiária da Lei Complementar n. 123/06 for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Belford Roxo, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

16.10 Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

16.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.12. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

16.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

16.14.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e forem exigidos requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

16.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo que será mencionado no Edital.

16.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

16.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16.18. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, ou no caso de inversão de fases, quando houver a habilitação seguida da classificação da proposta, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

17. VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação tem o custo estimado total de **R\$ 2.392.098,45 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, considerando pesquisa oficial da Secretaria Municipal de Compras demonstrada no quadro de fl. 100, conforme abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMBULÂNCIA TIPO "D" - (UTI MÓVEL ADAPTADA PARA OBESOS). VEÍCULO NOVO, 0 KM, NACIONAL OU IMPORTADO, COM NO MÁXIMO 12 MESES DE FABRICAÇÃO. MOTOR MÍNIMO 2.3 (DIESEL), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV. TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. AR-CONDICIONADO NO HABITÁCULO DO PACIENTE E NA CABINE. SUSPENSÃO REFORÇADA PARA SUPORTAR PESO ADICIONAL. PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED. ACESSIBILIDADE COM PLATAFORMA OU RAMPA ELEVATÓRIA ELÉTRICA PARA MACA. FIXADORES REFORÇADOS PARA MACA BARIÁTRICA. EQUIPAMENTOS INCLUSOS: MACA BARIÁTRICA ARTICULADA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 KG, COM RODÍZIOS, CINTOS DE SEGURANÇA E ALTURA REGULÁVEL. CADEIRA DE RODAS BARIÁTRICA (PESO SUPORTADO: MÍNIMO 250 KG). OXÍMETRO DE PULSO ADULTO DE ALTA PRECISÃO. DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA). MONITOR MULTIPARÂMETRO COM ECG, SPO2, PNI, TEMPERATURA E FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA. VENTILADOR PULMONAR PORTÁTIL MICROPROCESSADO. CILINDRO DE OXIGÊNIO COM SUPORTE E RÉGUA DE GASES. ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL (ELÉTRICO). KIT DE IMOBILIZAÇÃO (COLAR CERVICAL, TALAS, PRANCHA LONGA REFORÇADA). SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO E/OU CELULAR COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO.	UNID	1	R\$ 522.450,00	R\$ 522.450,00
2	AMBULÂNCIA TIPO "B" - FURGÃO OU VEÍCULO ORIGINAL DE FÁBRICA TIPO AMBULÂNCIA (SEM ADAPTAÇÕES AMADORAS). ANO/MODELO: 0 KM, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO DA ENTREGA. COMBUSTÍVEL: DIESEL. POTÊNCIA MÍNIMA: 120 CV. DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. CÂMBIO: MANUAL OU AUTOMÁTICO. AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE AIRBAG (MOTORISTA, PREFERENCIALMENTE PASSAGEIRO TAMBÉM) FREIOS: ABS. BANCO DO MOTORISTA E DO ACOMPANHANTE COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PACIENTE E ACOMPANHANTE. PORTA LATERAL DESLIZANTE COM DEGRAU RETRÁTIL E ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: MÍNIMO 5,5 METROS; ALTURA INTERNA DO COMPARTIMENTO: MÍNIMA DE 1,65 M; ALTURA EXTERNA: COMPATÍVEL COM ÁREAS URBANAS; COMPARTIMENTO ASSISTENCIAL DEVERÁ CONTER: REVESTIMENTO INTERNO LAVÁVEL E ANTIBACTERIANO; ILUMINAÇÃO INTERNA TIPO	UNID	1	R\$ 379.725,00	R\$ 379.725,00

<p>LED; PISO ANTIDERRAPANTE; SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADA; ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA COM A CABINE (INTERCOMUNICADOR); TOMADAS 12V E 110V OU 220V COM INVERSOR. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (MÍNIMO): 1 MACA RETRÁTIL COM RODAS, TRAVA E TRILHO; 1 PRANCHA RÍGIDA PARA IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA; 1 CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL (TIPO ESCADA OU RESGATE); 1 SUPORTE PARA SORO ARTICULADO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO FIXO DE 10L COM MANÔMETRO E FLUXÔMETRO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO PORTÁTIL DE 3L; 1 REDE DE OXIGÊNIO CANALIZADA COM NO MÍNIMO 2 PONTOS; 1 ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (MANUAL OU ELÉTRICO); 1 SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO (EXTINTOR INCLUSO); 1 ARMÁRIO PARA MATERIAIS COM PRATELEIRAS; DISPENSADOR PARA LUVAS, PAPEL TOALHA, SABÃO E ÁLCOOL EM GEL; ILUMINAÇÃO EXTERNA DE EMERGÊNCIA (GIROFLEX OU BARRA DE LED) – PADRÃO SAMU; SISTEMA SONORO TIPO SIRENE COM MÚLTIPLOS TONS; RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM SISTEMA LOCAL (SE APLICÁVEL); PINTURA E IDENTIFICAÇÃO VISUAL; PLOTAGEM COM LAYOUT OFICIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/SAMU 192 FAIXAS REFLETIVAS PADRÃO; BRASÃO DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DO SUS CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL.</p>				
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 902.175,00

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN OU FURGÃO ADAPTADO PARA TRANSPORTE SANITÁRIO CAPACIDADE MÍNIMA: 10 A 16 PASSAGEIROS (INCLUINDO CONDUTOR) ANO/MODELO: 0 KM (ANO VIGENTE) COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.2 TURBO OU EQUIVALENTE ACESSIBILIDADE: UMA UNIDADE COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA OU RAMPA PARA CADEIRANTE (CONFORME DEMANDA) SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO) BANCOS ANATÔMICOS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL VENTILADORES OU EXAUSTORES ADICIONAIS (OPCIONAL) GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES VEÍCULO DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, COM SEGURO OBRIGATÓRIO E ENTREGA NO DOMICÍLIO DO PROPONENTE REGISTRO NO DENATRAN COMO VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (CÓDIGO ESPECIAL)</p>	UNID	2	R\$ 367.448,75	R\$ 734.897,50
2	<p>VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN ADAPTADA - OU FURGÃO LONGO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO VIGENTE CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 PASSAGEIROS + 1 ESPAÇO PARA CADEIRA DE RODAS COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.3 TURBO DIESEL TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA SISTEMA DE AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO PLATAFORMA ELEVATÓRIA ELÉTRICA OU RAMPA MANUAL CERTIFICADA CINTOS DE</p>	UNID	1	R\$ 335.162,50	R\$ 335.162,50

	SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS E NO ESPAÇO DO CADEIRANTE ESPAÇO INTERNO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,60 M PISO EMBORRACHADO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL ITENS DE SEGURANÇA: EXTINTOR, TRIÂNGULO, CHAVE DE RODA, MACACO SINALIZAÇÃO EXTERNA "TRANSPORTE SANITÁRIO – SUS" COM BRASÃO DA PREFEITURA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES VEÍCULO ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO				
VALOR TOTAL DO LOTE 02					R\$ 1.070.060,00

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO TIPO HATCH PARA TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES AMBULATORIAIS; NOVO, 0 KM (ZERO QUILOMETRO); MOTOR DIANTEIRO DE 4 (QUATRO) CILINDROS EM LINHA, BICOMBUSTÍVEL (ÁLCOOL OU GASOLINA), MÍNIMO 1.0 LITROS, COM POTÊNCIA MÁXIMA A PARTIR DE 65CV; SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS (04 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; COMPUTADOR DE BORDO; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVAS ELÉTRICAS; SISTEMA DE ALARME; MÍNIMO 2 (DOIS) AIR BAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); SISTEMA DE FREIOS A DISCO COM ABS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; CAIXA DE CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ E COM TAMANHO COMPATÍVEL COM A POTÊNCIA DO MOTOR; TODOS OS RODADOS DEVERÃO SER COMPOSTO DE RODAS DE AÇO COM CALOTAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DAS RODAS E DO VEÍCULO; AR CONDICIONADO, COM A QUANTIDADE DE BTU'S CONDIZENTE COM O TAMANHO DO AMBIENTE A SER REFRIGERADO; SISTEMA DE SOM COM NO MÍNIMO MP3; POLTRONAS REVESTIDAS EM TECIDO E ENCOSTO, TODAS COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS; POLTRONA DO MOTORISTA AJUSTÁVEL; RETROVISORES EXTERNOS DOS DOIS LADOS DO VEÍCULO; TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE DO MODELO E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI; O VEÍCULO DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS DE IDENTIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EXIGIDOS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO; PINTURA PREDOMINANTE NA COR BRANCA, COM OS PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES; MANUAL DO PROPRIETÁRIO E DE MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS. TAPETES SANITÁRIOS OU LAVÁVEIS: BORRACHA OU PVC ANTIDERRAPANTE, FÂCEIS DE HIGIENIZAR COM DESINFETANTES, PREFERENCIALMENTE COM BORDA ALTA PARA CONTER LÍQUIDOS LINCENCIADO E EMPLACADO. REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL DOS BANCOS: COURO SINTÉTICO OU CAPA HOSPITALAR LAVÁVEL.	UNID	5	R\$ 83.972,69	R\$ 419.863,45
VALOR TOTAL DO LOTE 03					R\$ 419.863,45

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta 815 de recursos consignados no orçamento do Município de Belford Roxo, exercício de 2025, compromissada por conta da dotação orçamentária existente no:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
10.302.39.2.050	4490.5200	1710.3210

19. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

19.1. A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que couber, durante toda a execução do contrato.

19.2. Caso, em decorrência da execução do contrato, a CONTRATADA venha a ter acesso a dados pessoais fornecidos pela Administração Pública, deverá:

19.2.1 Tratar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades previstas no contrato e no âmbito das competências da Secretaria Municipal de Saúde;

19.2.2 Implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, vazamento, perda ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

19.2.3 Garantir a confidencialidade e o sigilo das informações tratadas, responsabilizando-se pelo cumprimento da legislação vigente;

19.2.4 Informar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que possa comprometer os dados pessoais;

19.2.5 Facilitar o exercício dos direitos dos titulares dos dados, caso solicitado pela Administração.

19.3. A inobservância das normas da LGPD sujeitará a contratada às penalidades previstas em lei e no contrato, inclusive rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas.

Belford Roxo, 28 de outubro de 2025.

Carlos Eduardo Rocha de Almeida
Diretor de Saúde
Mat.: 60/141006

De acordo:

Eduardo Macedo Feital
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 60/100007

ANEXO II

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

LICITAÇÃO N.º 009/2026_

PROCESSO N.º 08/355/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMBULÂNCIA TIPO “D” - (UTI MÓVEL ADAPTADA PARA OBESOS). VEÍCULO NOVO, 0 KM, NACIONAL OU IMPORTADO, COM NO MÁXIMO 12 MESES DE FABRICAÇÃO. MOTOR MÍNIMO 2.3 (DIESEL), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV. TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. AR-CONDICIONADO NO HABITÁCULO DO PACIENTE E NA CABINE. SUSPENSÃO REFORÇADA PARA SUPORTAR PESO ADICIONAL. PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED. ACESSIBILIDADE COM PLATAFORMA OU RAMPA ELEVATÓRIA ELÉTRICA PARA MACA. FIXADORES REFORÇADOS PARA MACA BARIÁTRICA. EQUIPAMENTOS INCLUSOS: MACA BARIÁTRICA ARTICULADA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 KG, COM RODÍZIOS, CINTOS DE SEGURANÇA E ALTURA REGULÁVEL. CADEIRA DE RODAS BARIÁTRICA (PESO SUPORTADO: MÍNIMO 250 KG). OXÍMETRO DE PULSO ADULTO DE ALTA PRECISÃO. DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA). MONITOR MULTIPARÂMETRO COM ECG, SPO2, PNI, TEMPERATURA E FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA. VENTILADOR PULMONAR PORTÁTIL MICROPROCESSADO. CILINDRO DE OXIGÊNIO COM SUPORTE E RÉGUA DE GASES. ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL (ELÉTRICO). KIT DE IMOBILIZAÇÃO (COLAR CERVICAL, TALAS, PRANCHA LONGA REFORÇADA). SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO E/OU CELULAR COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO.	UNID	1	R\$ 522.450,00	R\$ 522.450,00
2	AMBULÂNCIA TIPO “B” - FURGÃO OU VEÍCULO ORIGINAL DE FÁBRICA TIPO AMBULÂNCIA (SEM ADAPTAÇÕES AMADORAS). ANO/MODELO: 0 KM, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO DA ENTREGA. COMBUSTÍVEL: DIESEL. POTÊNCIA MÍNIMA: 120 CV. DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. CÂMBIO: MANUAL OU AUTOMÁTICO. AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE AIRBAG (MOTORISTA, PREFERENCIALMENTE PASSAGEIRO TAMBÉM) FREIOS: ABS. BANCO DO MOTORISTA E DO ACOMPANHANTE COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PACIENTE E ACOMPANHANTE. PORTA LATERAL DESLIZANTE COM DEGRAU RETRÁTIL E ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: MÍNIMO 5,5 METROS; ALTURA INTERNA DO COMPARTIMENTO: MÍNIMA DE 1,65 M;	UNID	1	R\$ 379.725,00	R\$ 379.725,00

	<p>ALTURA EXTERNA: COMPATÍVEL COM ÁREAS URBANAS; COMPARTIMENTO ASSISTENCIAL DEVERÁ CONTER: REVESTIMENTO INTERNO LAVÁVEL E ANTIBACTERIANO; ILUMINAÇÃO INTERNA TIPO LED; PISO ANTIDERRAPANTE; SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADA; ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA COM A CABINE (INTERCOMUNICADOR); TOMADAS 12V E 110V OU 220V COM INVERSOR. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (MÍNIMO): 1 MACA RETRÁTIL COM RODAS, TRAVA E TRILHO; 1 PRANCHA RÍGIDA PARA IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA; 1 CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL (TIPO ESCADA OU RESGATE); 1 SUPORTE PARA SORO ARTICULADO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO FIXO DE 10L COM MANÔMETRO E FLUXÔMETRO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO PORTÁTIL DE 3L; 1 REDE DE OXIGÊNIO CANALIZADA COM NO MÍNIMO 2 PONTOS; 1 ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (MANUAL OU ELÉTRICO); 1 SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO (EXTINTOR INCLUSO); 1 ARMÁRIO PARA MATERIAIS COM PRATELEIRAS; DISPENSADOR PARA LUVAS, PAPEL TOALHA, SABÃO E ÁLCOOL EM GEL; ILUMINAÇÃO EXTERNA DE EMERGÊNCIA (GIROFLEX OU BARRA DE LED) – PADRÃO SAMU; SISTEMA SONORO TIPO SIRENE COM MÚLTIPLOS TONS; RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM SISTEMA LOCAL (SE APLICÁVEL); PINTURA E IDENTIFICAÇÃO VISUAL; PLOTAGEM COM LAYOUT OFICIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/SAMU 192 FAIXAS REFLETIVAS PADRÃO; BRASÃO DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DO SUS CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL.</p>				
VALOR TOTAL DO LOTE 01: R\$ 902.175,00					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN OU FURGÃO ADAPTADO PARA TRANSPORTE SANITÁRIO CAPACIDADE MÍNIMA: 10 A 16 PASSAGEIROS (INCLUINDO CONDUTOR) ANO/MODELO: 0 KM (ANO VIGENTE) COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.2 TURBO OU EQUIVALENTE ACESSIBILIDADE: UMA UNIDADE COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA OU RAMPA PARA CADEIRANTE (CONFORME DEMANDA) SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO) BANCOS ANATÔMICOS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL VENTILADORES OU EXAUSTORES ADICIONAIS (OPCIONAL) GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES VEÍCULO DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, COM SEGURO OBRIGATÓRIO E ENTREGA NO DOMICÍLIO DO PROPONENTE REGISTRO NO DENATRAN COMO VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (CÓDIGO ESPECIAL)</p>	UNID	2	R\$ 367.448,75	R\$ 734.897,50

2	VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN ADAPTADA - OU FURGÃO LONGO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO VIGENTE CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 PASSAGEIROS + 1 ESPAÇO PARA CADEIRA DE RODAS COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.3 TURBO DIESEL TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA SISTEMA DE AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO PLATAFORMA ELEVATÓRIA ELÉTRICA OU RAMPA MANUAL CERTIFICADA CINTOS DE SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS E NO ESPAÇO DO CADEIRANTE ESPAÇO INTERNO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,60 M PISO EMBORRACHADO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL ITENS DE SEGURANÇA: EXTINTOR, TRIÂNGULO, CHAVE DE RODA, MACACO SINALIZAÇÃO EXTERNA "TRANSPORTE SANITÁRIO – SUS" COM BRASÃO DA PREFEITURA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES VEÍCULO ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO	UNID	1	R\$ 335.162,50	R\$ 335.162,50
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	---	----------------	----------------

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02: R\$ 1.070.060,00

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO TIPO HATCH PARA TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES AMBULATORIAIS; NOVO, 0 KM (ZERO QUILOMETRO); MOTOR DIANTEIRO DE 4 (QUATRO) CILINDROS EM LINHA, BICOMBUSTÍVEL (ÁLCOOL OU GASOLINA), MÍNIMO 1.0 LITROS, COM POTÊNCIA MÁXIMA A PARTIR DE 65CV; SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS (04 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; COMPUTADOR DE BORDO; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVAS ELÉTRICAS; SISTEMA DE ALARME; MÍNIMO 2 (DOIS) AIR BAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); SISTEMA DE FREIOS A DISCO COM ABS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; CAIXA DE CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ E COM TAMANHO COMPATÍVEL COM A POTÊNCIA DO MOTOR; TODOS OS RODADOS DEVERÃO SER COMPOSTO DE RODAS DE AÇO COM CALOTAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DAS RODAS E DO VEÍCULO; AR CONDICIONADO, COM A QUANTIDADE DE BTU'S CONDIZENTE COM O TAMANHO DO AMBIENTE A SER REFRIGERADO; SISTEMA DE SOM COM NO MÍNIMO MP3; POLTRONAS REVESTIDAS EM TECIDO E ENCOSTO, TODAS COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS; POLTRONA DO MOTORISTA AJUSTÁVEL; RETROVISORES EXTERNOS DOS DOIS LADOS DO VEÍCULO; TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE DO MODELO E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI; O VEÍCULO DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS DE IDENTIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EXIGIDOS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO; PINTURA PREDOMINANTE NA COR BRANCA, COM OS PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES; MANUAL DO PROPRIETÁRIO E DE MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS. TAPETES SANITÁRIOS OU LAVÁVEIS: BORRACHA OU PVC ANTIDERRAPANTE, FÁCEIS DE HIGIENIZAR COM DESINFETANTES, PREFERENCIALMENTE COM BORDA ALTA PARA CONTER LÍQUIDOS LINCENCIADO E EMPLACADO. REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL DOS BANCOS: COURO SINTÉTICO OU CAPA HOSPITALAR LAVÁVEL.	UNID	5	R\$ 83.972,69	R\$ 419.863,45
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 03: R\$ 419.863,45					

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO ‘B’ E ‘D’) E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO.

Atendendo à consulta formulada na licitação acima referida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMBULÂNCIA TIPO “D” - (UTI MÓVEL ADAPTADA PARA OBESOS). VEÍCULO NOVO, 0 KM, NACIONAL OU IMPORTADO, COM NO MÁXIMO 12 MESES DE FABRICAÇÃO. MOTOR MÍNIMO 2.3 (DIESEL), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV. TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. AR-CONDICIONADO NO HABITÁCULO DO PACIENTE E NA CABINE. SUSPENSÃO REFORÇADA PARA SUPORTAR PESO ADICIONAL. PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED. ACESSIBILIDADE COM PLATAFORMA OU RAMPA ELEVATÓRIA ELÉTRICA PARA MACA. FIXADORES REFORÇADOS PARA MACA BARIÁTRICA. EQUIPAMENTOS INCLUSOS: MACA BARIÁTRICA ARTICULADA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 KG, COM RODÍZIOS, CINTOS DE SEGURANÇA E ALTURA REGULÁVEL. CADEIRA DE RODAS BARIÁTRICA (PESO SUPORTADO: MÍNIMO 250 KG). OXÍMETRO DE PULSO ADULTO DE ALTA PRECISÃO. DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA). MONITOR MULTIPARÂMETRO COM ECG, SPO2, PNI, TEMPERATURA E FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA. VENTILADOR PULMONAR PORTÁTIL MICROPROCESSADO. CILINDRO DE OXIGÊNIO COM SUPORTE E RÉGUA DE GASES. ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL (ELÉTRICO). KIT DE IMOBILIZAÇÃO (COLAR CERVICAL, TALAS, PRANCHA LONGA REFORÇADA). SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO E/OU CELULAR COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO.	UNID	1	R\$	R\$
2	AMBULÂNCIA TIPO “B” - FURGÃO OU VEÍCULO ORIGINAL DE FÁBRICA TIPO AMBULÂNCIA (SEM ADAPTAÇÕES AMADORAS). ANO/MODELO: 0 KM, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO DA ENTREGA. COMBUSTÍVEL: DIESEL. POTÊNCIA MÍNIMA: 120 CV. DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. CÂMBIO: MANUAL OU AUTOMÁTICO. AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE AIRBAG (MOTORISTA, PREFERENCIALMENTE PASSAGEIRO TAMBÉM) FREIOS: ABS. BANCO DO MOTORISTA E DO ACOMPANHANTE COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM,	UNID	1	R\$	R\$

	<p>PACIENTE E ACOMPANHANTE. PORTA LATERAL DESLIZANTE COM DEGRAU RETRÁTIL E ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: MÍNIMO 5,5 METROS; ALTURA INTERNA DO COMPARTIMENTO: MÍNIMA DE 1,65 M; ALTURA EXTERNA: COMPATÍVEL COM ÁREAS URBANAS; COMPARTIMENTO ASSISTENCIAL DEVERÁ CONTER: REVESTIMENTO INTERNO LAVÁVEL E ANTIBACTERIANO; ILUMINAÇÃO INTERNA TIPO LED; PISO ANTIDERRAPANTE; SISTEMA DE VENTILAÇÃO FORÇADA; ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA COM A CABINE (INTERCOMUNICADOR); TOMADAS 12V E 110V OU 220V COM INVERSOR. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (MÍNIMO): 1 MACA RETRÁTIL COM RODAS, TRAVA E TRILHO; 1 PRANCHA RÍGIDA PARA IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA; 1 CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL (TIPO ESCADA OU RESGATE); 1 SUPORTE PARA SORO ARTICULADO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO FIXO DE 10L COM MANÔMETRO E FLUXÔMETRO; 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO PORTÁTIL DE 3L; 1 REDE DE OXIGÊNIO CANALIZADA COM NO MÍNIMO 2 PONTOS; 1 ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (MANUAL OU ELÉTRICO); 1 SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO (EXTINTOR INCLUSO); 1 ARMÁRIO PARA MATERIAIS COM PRATELEIRAS; DISPENSADOR PARA LUVAS, PAPEL TOALHA, SABÃO E ÁLCOOL EM GEL; ILUMINAÇÃO EXTERNA DE EMERGÊNCIA (GIROFLEX OU BARRA DE LED) – PADRÃO SAMU; SISTEMA SONORO TIPO SIRENE COM MÚLTIPLOS TONS; RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM SISTEMA LOCAL (SE APLICÁVEL); PINTURA E IDENTIFICAÇÃO VISUAL; PLOTAGEM COM LAYOUT OFICIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/SAMU 192 FAIXAS REFLETIVAS PADRÃO; BRASÃO DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DO SUS CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL.</p>				
VALOR TOTAL DO LOTE 01:					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN OU FURGÃO ADAPTADO PARA TRANSPORTE SANITÁRIO CAPACIDADE MÍNIMA: 10 A 16 PASSAGEIROS (INCLUINDO CONDUTOR) ANO/MODELO: 0 KM (ANO VIGENTE) COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.2 TURBO OU EQUIVALENTE ACESSIBILIDADE: UMA UNIDADE COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA OU RAMPA PARA CADEIRANTE (CONFORME DEMANDA) SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO) BANCOS ANATÔMICOS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PISO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL VENTILADORES OU EXAUSTORES ADICIONAIS (OPCIONAL) GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES VEÍCULO DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, COM SEGURO OBRIGATÓRIO E ENTREGA NO DOMICÍLIO DO PROPONENTE REGISTRO NO DENATRAN</p>	UNID	2	R\$	R\$

	COMO VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (CÓDIGO ESPECIAL)				
2	VEÍCULO TRANSPORTE SANITÁRIO TIPO VAN ADAPTADA - OU FURGÃO LONGO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO VIGENTE CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 PASSAGEIROS + 1 ESPAÇO PARA CADEIRA DE RODAS COMBUSTÍVEL: DIESEL MOTOR: MÍNIMO 2.3 TURBO DIESEL TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA SISTEMA DE AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO PLATAFORMA ELEVATÓRIA ELÉTRICA OU RAMPA MANUAL CERTIFICADA CINTOS DE SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS E NO ESPAÇO DO CADEIRANTE ESPAÇO INTERNO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,60 M PISO EMBORRACHADO ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEL ITENS DE SEGURANÇA: EXTINTOR, TRIÂNGULO, CHAVE DE RODA, MACACO SINALIZAÇÃO EXTERNA "TRANSPORTE SANITÁRIO - SUS" COM BRASÃO DA PREFEITURA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES VEÍCULO ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO	UNID	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02:					

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO TIPO HATCH PARA TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES AMBULATORIAIS; NOVO, 0 KM (ZERO QUILOMETRO); MOTOR DIANTEIRO DE 4 (QUATRO) CILINDROS EM LINHA, BICOMBUSTÍVEL (ÁLCOOL OU GASOLINA), MÍNIMO 1.0 LITROS, COM POTÊNCIA MÁXIMA A PARTIR DE 65CV; SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS (04 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; COMPUTADOR DE BORDO; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVAS ELÉTRICAS; SISTEMA DE ALARME; MÍNIMO 2 (DOIS) AIR BAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); SISTEMA DE FREIOS A DISCO COM ABS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; CAIXA DE CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 5 VELOCIDADES A FRENTE E 1 A RÉ E COM TAMANHO COMPATÍVEL COM A POTÊNCIA DO MOTOR; TODOS OS RODADOS DEVERÃO SER COMPOSTO DE RODAS DE AÇO COM CALOTAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DAS RODAS E DO VEÍCULO; AR CONDICIONADO, COM A QUANTIDADE DE BTU'S CONDIZENTE COM O TAMANHO DO AMBIENTE A SER REFRIGERADO; SISTEMA DE SOM COM NO MÍNIMO MP3; POLTRONAS REVESTIDAS EM TECIDO E ENCOSTO, TODAS COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS; POLTRONA DO MOTORISTA AJUSTÁVEL; RETROVISORES EXTERNOS DOS DOIS LADOS DO VEÍCULO; TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE DO MODELO E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI; O VEÍCULO DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS DE IDENTIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO EXIGIDOS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO; PINTURA PREDOMINANTE NA COR BRANCA, COM OS PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES; MANUAL DO PROPRIETÁRIO E DE MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS. TAPETES SANITÁRIOS OU	UNID	5	R\$	R\$

LAVÁVEIS: BORRACHA OU PVC ANTIDERRAPANTE, FÁCEIS DE HIGIENIZAR COM DESINFETANTES, PREFERENCIALMENTE COM BORDA ALTA PARA CONTER LÍQUIDOS LINCENCIADO E EMPLACADO. REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL DOS BANCOS: COURO SINTÉTICO OU CAPA HOSPITALAR LAVÁVEL.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 03:				

Valor total estimado: R\$ _____ (_____).

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Endereço:

Telefones:

E-Mail:

Banco: Agência: Conta-Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

CPF:

Identidade:

Órgão Exp.:

Data de Emissão:

Telefone:

E-Mail:

(local) _____, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

ANEXO IV
MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO 'B' E 'D') E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO.

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

(local) _____, ____ de _____ 2026.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, AMBULÂNCIAS (TIPO 'B' E 'D') E VEÍCULOS DE PASSEIOS, PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELFORD ROXO.

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- Declaro para os devidos fins, que os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

(local) _____, ____ de _____ 2026.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).